

Arcabouço do autoengano

Rogério L. Furquim Werneck*

Podemos até fingir que não está acontecendo, mas tudo indica que o País está à beira de novo e preocupante surto de endividamento público.

No mandato e meio de Dilma Rousseff, a dívida pública, como proporção do PIB, aumentou quase 18 pontos percentuais. Saltou de cerca de 52% do PIB, em 2010, para algo próximo a 70% do PIB, em 2016. Foi o que exigiu o teto de gastos. E o que hoje se constata é que, aos trancos e barrancos, e não obstante a forte expansão fiscal que se fez necessária na pandemia e todos os gastos eleitoreiros do final do governo Bolsonaro, o endividamento foi mantido sob relativo controle nos últimos anos. No final de 2022, a dívida bruta do governo geral correspondia a menos de 73% do PIB.

O que o governo agora pretende é que o Congresso lhe dê sinal verde para mais um vigoroso aumento do endividamento público. É preciso ter em mente que se trata de um arcabouço de *expansão* fiscal. De início, o governo quis fazer crer que o que contemplava era, basicamente, um esquema de aumento de gastos bancado por elevação de receita tributária. Mas não é bem isso.

Com base em hipóteses bastante róseas, o governo reconheceu, na proposta do novo arcabouço fiscal submetida ao Congresso, que a dívida bruta, como proporção do PIB, aumentaria de 72,9% do PIB, em 2022, para 79,3%, em 2026. Mas, como alertado por alguns dos mais reputados analistas de contas públicas, o mais provável é que o endividamento chegue a patamar bem mais alto – 83% do PIB, talvez mais – no final do atual governo.

Isso configuraria aumento de dez pontos percentuais em um único mandato presidencial. Menor, claro, que os 18 pontos percentuais de Dilma Rousseff. Mas nem tanto. De um lado, a presidente levou um mandato e meio para fazer tamanho estrago. De outro, parte relevante do salto da dívida bruta como proporção do PIB, observado entre 2010 e 2016, adveio do desabamento do PIB na brutal recessão dos dois anos finais do governo Dilma. O que agora se contempla é um salto de pelo menos 10 pontos percentuais no endividamento público, em quatro anos, e com o PIB em expansão! Uma tremenda farra fiscal.

Em esclarecedora coluna no *Valor* (26/4), Lu Aiko Otta chamou atenção para a forma peculiar como essa escalada de endividamento vem sendo racionalizada no governo. Quem insiste em se preocupar com o descontrole da dívida não estaria levando em conta o “fator democrático”. Por enquanto, os valores dos parâmetros propostos no arcabouço

fiscal seriam os condizentes com o projeto vencedor da eleição presidencial de 2022. Mas tais valores não seriam imutáveis. Em 2027, um novo presidente, preocupado com a estabilização da dívida, poderia perfeitamente renegociá-los com o Congresso.

Se, tendo lido o parágrafo anterior, o leitor ficou ainda mais preocupado do que já estava, é sinal de que mantém sua lucidez. Poderia, como tanta gente por aí, ter-se deixado levar pelo autoengano, pronto a se convencer de que, no fundo, não importa que o arcabouço seja tão expansionista. E de que, com ajuda de Deus, no fim, tudo vai dar certo.

Não vai.

O que ainda está longe de ser entendido com clareza é por que a sólida maioria de centro-direita, que hoje domina o Congresso e que nem mesmo se dispõe a aprovar MPs cruciais do Planalto, mostra-se tão disposta a dar ao governo sinal verde para uma expansão fiscal dessas proporções.

É bem verdade que não há, seja na Câmara, seja no Senado, compromisso efetivo com a responsabilidade fiscal. Muito pelo contrário. Não falta no Congresso quem queira tirar bom proveito de uma boa farra fiscal. E, tal constatação, de fato, ajuda a explicar a complacência do Legislativo com a expansão do dispêndio em programas de investimento público, nos quais os parlamentares têm inegável interesse direto. Mas pouco ajuda a entender a leniência do Congresso com a expansão desmedida de gastos correntes, fadada a gerar dividendos políticos que, em grande medida, serão apropriados pelo Poder Executivo. Até que a coisa desande, claro.

Mistérios do Centrão.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.